



Marxismo e diversidade sexual: uma relação necessária ao serviço social

Marxism and sexual diversity: a necessary relationship for social work

Leovictor Alves Porto Mendonça*

 <https://orcid.org/0009-0006-0937-5214>

RESUMO

Este artigo busca confrontar a crítica da impossibilidade de análise da diversidade sexual no sentido marxista e o Serviço Social¹. Para tanto, analisa a inserção desse debate na profissão; apresenta os fundamentos ontológicos para compreensão da diversidade sexual e discorre acerca dos desafios históricos atuais para a interação com o marxismo e as particularidades em relação à diversidade sexual.

PALAVRAS-CHAVE

Marxismo; Diversidade Sexual; Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to counter the critique of the impossibility of analyzing sexual diversity from a Marxist perspective within Social Work. To this end, it analyzes the insertion of this debate into the profession; presents the ontological foundations for understanding sexual diversity; and discusses the historical and contemporary challenges of interacting with Marxism and its particularities in relation to sexual diversity.

KEYWORDS

Marxism; Sexual Diversity; Social Work.

Introdução

A direção social da análise sobre a diversidade sexual é fundamental na apropriação da realidade social. A diversidade sexual, dimensão constituinte da diversidade humana, na sociabilidade capitalista, tem seu sentido esvaziado e ganha novo significado: torna-se fonte de violação da vida e dos direitos humanos. É desafiador

*Estudante. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN, Natal, Brasil). E-mail: leovictoralvesporto@gmail.com

¹A fonte dos dados é o “DOSSIÊ 2023: Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil” elaborado pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, que é constituído pela articulação entre a Acontece Arte e Política LGBTI+; Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT).

DOI 10.22422/temporalis.2026v26n51p231-244



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2026 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

mas se faz necessário situar, no campo da diversidade humana, o seu sentido ontológico e emancipatório.

Em 2023, foram notificadas 230 mortes violentas de pessoas LGBTI+² no Brasil. Os índices alarmantes de violência contra pessoas com sexualidades dissidentes, somado ao teor de ódio e brutalidade presentes nesses casos defrontam-se com o posicionamento do mercado, que se apropria do discurso da diversidade, e com a grande mídia, que, cada vez mais, inclui na pauta esse tema. Apesar disso, ao incluir, veicula e lucra³ com a utilização enviesada da perspectiva de diversidade, negando determinações e atomizando segmentos e sujeitos.

Ao ser apropriada de forma ensimesmada, mercadológica e ausente das suas múltiplas determinações, a diversidade sexual assume característica de coisa e tem seu sentido invertido, ou seja, deixa de ser dimensão constituinte do ser social e passa a ser fonte de estranheza, de limitação e de mercantilização (Silva, 2011, p. 54). A disputa histórica pela concepção da diversidade sexual expressa a luta entre projetos políticos antagônicos, uma vez que “não pode haver relação social sem confrontação” (Devreux, 2012, p. 564).

A apropriação desse tema segue a lógica que está imbricada nas relações sociais. Ou seja, o entendimento da diversidade como campo aberto às determinações das relações sociais de classe, raça, gênero/sexo. Assim, permeada pelo ethos burguês, localizam-se as particularidades dos sujeitos, no que se refere, dentre outras, à orientação sexual e a identidade de gênero. Nesse sentido, a diversidade sexual se impõe como categoria fundamental de análise.

Se na idade média, a sexualidade se mantinha enclausurada em termos pecaminosos e reprodutivos, com o advento da Modernidade, que trouxe a centralidade para a razão e colocou o sujeito no centro, sua discussão é redimensionada. O avanço proporcionado pelo debate moderno na análise da realidade foi fundamental para o entendimento do indivíduo enquanto ser social.

Diferentes perspectivas teóricas modernas se debruçaram sobre a análise do ser, o que possibilitou polêmicas em relação ao entendimento da subjetividade. Podemos afirmar que a individualidade/subjetividade quando limitada à perspectiva da subjetividade, resultou na apreensão do ser descolado da realidade objetiva, e, quando reduzida à concepção determinista, subtrai a dimensão dialética. No entanto, o Materialismo Histórico Dialético, método apresentado por Marx, afasta-se do ser abstrato e apresenta um ser social histórico imbricado nas relações sociais que é produto mas que, também, produz e transforma a realidade (Iamamoto, 2016, p. 29).

Desprezando qualquer concepção metafísica do mundo, estabelece que o critério último do ser ou não-ser de um fenômeno é a realidade social, e que a única ciência capaz de compreender os fenômenos em suas múltiplas funções é a história, por

³ De acordo com o Jornal Metrôpoles, o público LGBT tem gasto médio 14% maior do que os demais, movimenta R\$11 bilhões por ano em compras no varejo e responde por quase 5% do PIB.

compreendê-los em sua processualidade, circunstancialidade e totalidade (BonaJunior, 2011. p. 23).

O marxismo identifica o ser social nas relações sociais de produção e reprodução social; inaugura um nexo entre a historicidade e a totalidade no entendimento da subjetividade e demonstra a potencialidade de construção de uma sociabilidade em que a diversidade é possível. A contribuição da produção marxiana e da tradição marxista dispõe de um conjunto de categorias fonte de reflexão na direção social emancipatória. Nesse sentido, se estabelece a importância do marxismo na análise da realidade, bem como para o Serviço Social.

O Serviço Social contemporâneo alinha o seu projeto político profissional a um projeto societário que, por um arco de mediações, entende que a resolução da questão social remete à superação do capitalismo. Isso por apreender, estruturalmente, a forma de organização da sociedade em que a desigualdade é funcional à reprodução social do Capital. No entanto, a relação entre o Serviço Social e a análise marxista da realidade não foi mecânica, muito menos homogênea. O contexto conservador de desenvolvimento da profissão somado ao avanço do neoconservadorismo presente no mundo e nas particularidades do país implicam ataques à teoria social crítica no debate profissional.

No que se refere à diversidade sexual, a produção intelectual no Serviço Social tem sido terreno fértil para inflexões das perspectivas pós-modernas, que expressam a “lógica cultural que no tempo presente se fixa no processo de reprodução e de manutenção da economia capitalista” (Cantalice, 2017, p. 241). Para Cantalice (2017), a negação do marxismo em detrimento da pós-modernidade parte da justificativa da incapacidade do marxismo em analisar as dimensões próprias da subjetividade. Conforme Fonseca (2017, p. 168), a funcionalidade do argumento de insuficiência do marxismo para análise dos novos paradigmas repõe tendências conservadoras que servem à reprodução capitalista.

Nos estudos acerca da diversidade sexual, segundo Noronha (2023, p. 126), existe uma “tendência crítica-eclética-pós-moderna”. O diálogo com produções pós-estruturalistas e pós-modernas, por mais que autointituladas teoricamente dentro do campo marxista, apresentam uma forte tendência eclética permeada de descuidos metodológicos (Noronha, 2023). Isso revela a necessidade do fortalecimento da perspectiva de totalidade na análise marxista e do enfrentamento às críticas à insuficiência do marxismo que, sim, é capaz de analisar o ser social e compreendê-lo na sua individualidade e diversidade sem o desintegrar das relações sociais capitalistas.

Este texto resulta de uma pesquisa que visa contribuir no enfrentamento à crítica da impossibilidade do estudo da diversidade sexual na perspectiva marxista. Os resultados são reveladores da importância histórica da tradição marxiana na apreensão da individualidade e genericidade do ser social. Ademais, buscou-se identificar os desafios históricos e contemporâneos para o fortalecimento da interação do marxismo, diversidade humana e Serviço Social.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e é resultado das reflexões no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte, principalmente, a partir das atividades do Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Ética e Direitos (GEPTED-UFRN).

Nesse sentido, esse artigo está organizado em três momentos: (I) historiciza a incorporação do debate do marxismo e a relação com a diversidade sexual no âmbito do serviço social; (II) traz as categorias centrais da análise marxista na perspectiva de totalidade acerca da diversidade sexual e (III) discorre sobre os desafios históricos-contemporâneos para análise de totalidade no Serviço Social e as particularidades em relação à diversidade sexual.

Marxismo e Serviço Social: direção social do projeto ético-político e as implicações na análise da diversidade sexual

Para análise dos desafios contemporâneos entre marxismo e serviço social e as particularidades com relação à análise da diversidade sexual, faz-se necessário, de forma breve, discorrer acerca da renovação teórico-metodológica do serviço social e da incorporação da diversidade sexual na sua dimensão histórica e contraditória.

O posicionamento hegemônico contemporâneo da categoria de assistentes sociais expressa, na leitura da realidade social, a sua base de análise crítica. A atualidade desse direcionamento social tem raízes históricas e surge das contradições da sociedade capitalista. A renovação do serviço social brasileiro, a partir dos anos 1980, foi determinada historicamente; resultado da mobilização de assistentes sociais articulada com diferentes sujeitos coletivos no campo das esquerdas⁴ frente à conjuntura pós ditadura civil-militar.

A renovação do serviço social, que partiu da sua funcionalidade à fase do capitalismo no determinado decurso histórico, teve uma “contradição fundamental”: a laicização da categoria, que possibilitou uma disputa hegemônica pelo “processo profissional em todas as suas instâncias” (Netto, 2007, p. 169). A potencialidade da modificação teórica da direção social profissional foi efetivada por um conjunto de ações, em que a movimentação intelectual e política foram substanciais. Protagonizada por assistentes sociais/pesquisadoras/es, a produção intelectual, se dedicou a investigar a realidade e elaborar os subsídios necessários para orientar a profissão na perspectiva crítica (Netto, 2007).

Corroboramos Noronha (2023) e localizamos a expansão dos cursos de pós-graduação no campo do serviço social brasileiro e o posicionamento da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) enquanto elementos fundamentais no aprofundamento da perspectiva crítica e de esquerda na análise da realidade social pelo serviço social, como aprofundaremos adiante.

O posicionamento da categoria de assistentes sociais tem centralidade na inserção desse debate no âmbito do serviço social. Ou seja, foi, a partir do compromisso com a análise da realidade concreta de violência contra pessoas LGBTQs; da produção científica enquanto instrumento de fortalecimento teórico-metodológico e ético-político; da existência e

⁴ Trata-se no coletivo por reconhecer a pluralidade na composição e heterogeneidade na direção social da Esquerda brasileira, que inclui partidos políticos, movimentos sociais e categorias profissionais.

resistência de pessoas LGBTs na composição da categoria profissional e do posicionamento das entidades da profissão que foi possível a incorporação da temática diversidade sexual no debate profissional⁵ (Cisne; Santos, 2018).

A construção do alicerce teórico para o avanço do serviço social, que, na contemporaneidade, tem direção social delimitada, ganha substância de forma mediada, histórica e permeada de contradições, a simplificação do marxismo foi uma delas. Conforme Cisne e Santos (2018), inicialmente, a introdução do marxismo, no debate do serviço social, simplificou aspectos fundamentais para a compreensão da ética e dos direitos humanos, como aprofundaremos adiante. A centralidade da dimensão de classe ausente das multideterminações sociais resultaram no economicismo⁶, que pela apropriação simplista do marxismo, reduz o indivíduo à dimensão de classe e, ao passo que prioriza a dimensão econômica, nega as dimensões próprias mais complexas do entendimento da individualidade.

Conforme Cisne e Santos (2018), essa contradição se impôs uma vez que o processo de renovação do Serviço Social foi profundamente associado à interação da categoria com os movimentos sociais e, por isso, tem sua produção acadêmica significativamente alinhada às esquerdas. Dessa forma, a apropriação do marxismo pelo serviço social tem uma história permeada de leituras simplificadoras do marxismo, por meio de manuais e/ou autores/as com análises deterministas da realidade. Assim, é preciso considerar que o posicionamento das esquerdas brasileiras não construiu uma direção social homogênea no que diz respeito à diversidade sexual, ou seja, “podemos afirmar que segmentos expressivos da esquerda, no mundo e também na realidade brasileira, operaram a partir dos fundamentos economicistas” (Santos, 2017, p. 11).

“São muitas as simplificações que direta ou indiretamente favoreceram a lógica de negação e/ou de obstáculo à vigência da diversidade como condição relevante da individualidade” (Santos, 2017, p.10). Nesse sentido, o questionamento acerca da incapacidade do marxismo na análise da diversidade sexual tem, em partes, fundamento histórico. Isso não significa dizer que existe prevalência da perspectiva economicista no serviço social contemporâneo.

Consideramos que a crítica a esta tendência economicista foi e é pertinente. O problema é que a crítica ao determinismo ganhou o mesmo sentido de crítica ao marxismo. Houve uma generalização absurda quanto à inviabilidade teórica do marxismo para apreensão da realidade contemporânea (Santos, 2019, p. 73).

O avanço na discussão da ética e a incorporação de estudos voltados à diversidade humana e direitos humanos evidenciaram a importância da dimensão da diversidade sexual. Nesse

⁵ Para um aprofundamento da discussão sobre a incorporação do debate da diversidade sexual no serviço social brasileiro indico a leitura de Cisne e Santos (2018) e Santos (2016).

⁶ Simplificação brutal no entendimento da individualidade que é subsumida a uma noção economicista de classe social, que tende a absorver e a diluir, na desqualificação política, as grandes questões que permeiam a relação entre consciência e realidade ou sobre o papel ativo da consciência no mundo real (Santos, 2017, p. 11).

contexto, a mobilização dos diversos segmentos da categoria⁷, principalmente das/os profissionais pesquisadoras/es, com o objetivo de construir fundamentos teóricos e políticos para o avanço no debate da diversidade sexual, foi fundamental.

Conforme Noronha (2023), historicamente, as ações das entidades representativas da profissão estão intrinsecamente relacionadas à produção científica. Dessa forma, cabe salientar alguns marcos históricos que resultaram do posicionamento dessas entidades no enfrentamento à violação da diversidade humana. A campanha “O amor fala todas as línguas”. Assistente social na luta contra o preconceito: campanha pela livre orientação e expressão sexual”⁸, que foi aprovada no 34º Encontro Nacional CFESS-CRESS em Vitória (ES) em 2007, representa um marco histórico que expressa a direção social da categoria frente a dimensão da diversidade sexual. Contraditoriamente, essa campanha revelou, também, o conservadorismo ainda existente no âmbito do serviço social. Conforme Mesquita e Matos (2011, p. 132):

Na época do lançamento, alguns segmentos da categoria problematizaram qual a relevância e o porquê dessa campanha. As indagações giraram em torno da dúvida quanto à existência de outro tema mais importante para ser debatido. Tivemos acesso a informações, por meio de representantes dos CRESS do Rio de Janeiro, de São Paulo e do Ceará (gestões 2005/2008), sobre polêmicas nas equipes de serviço social, acerca da fixação ou não do material informativo da campanha, com a realização, inclusive, de votação entre os/as profissionais sobre a sua exposição ou não. E, ainda, que havia temas mais importantes a serem tratados, que era uma campanha inadequada e que o CFESS não tinha que se envolver com tais questões.

Cabe ressaltar o papel dos Grupos Temáticos de Pesquisas (GTP) da ABEPSS que, historicamente, desempenham o fortalecimento do debate crítico na formação e trabalho profissional. Uma expressão do compromisso com a direção social crítica frente à diversidade, foi a criação do GTP “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”⁹ da ABEPSS, durante o XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em 2010, “materializando um salto teórico e político [...] que passou a concentrar a sua análise em relação às questões que envolvem as existências das mulheres, das pessoas negras e da comunidade [...] (LGBTQIA+), na sociedade capitalista” (Noronha, 2023, p. 120).

A publicação do livro “Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social” (Cisne; Santos, 2018) da Biblioteca Básica do Serviço Social, também, materializa o compromisso histórico com a defesa da diversidade humana ao situar, na perspectiva marxista, as particularidades das relações sociais de opressão-dominação pelo sistema heteropatriarcal racista capitalista. Portanto, a direção social assumida pela categoria de assistentes sociais, historicamente, se posiciona contra às formas de discriminação e preconceito. No entanto,

⁷ Ressaltamos a importância dos diferentes grupos que compõem a categoria profissional como estudantes e sujeitos profissionais, mas destacamos aqui a atuação das entidades representativas e das pesquisadoras em serviço social.

⁸ Para uma análise aprofundada sobre as reverberações contraditórias da campanha “O amor fala todas as línguas: Assistente social na luta contra o preconceito – campanha pela livre orientação e expressão sexual”, sugiro a leitura de Mesquita e Matos (2011).

⁹ Atualmente, esse GTP se chama “Serviço Social, Feminismos e Relações de Raça-etnia, Gênero, Sexualidade e Classe Social”.

a concepção crítica de diversidade sexual, para o serviço social, é hegemônica, mas não homogênea e, se localizada no campo das ciências sociais, a discussão se afasta ainda mais do marxismo. Conforme Noronha (2023):

É inquestionável a postura ética-política que o Serviço Social passou a assumir por meio do PEPSS, na década de 1990, mas não houve um compromisso teórico-metodológico à altura, que fundamentasse melhor a compreensão das particularidades que envolvem as relações racializadas e generificadas do capitalismo periférico e dependente brasileiro (Noronha, 2023, p. 124).

O conservadorismo, que se expressa tanto na origem do serviço social quanto nas novas reconfigurações capitalistas, desencadeia uma disputa ideológica acerca dessa temática e se expressa na dimensão teórico-metodológica. A afirmação da impossibilidade de análise da diversidade sexual na perspectiva marxista de totalidade nega a realidade e serve à reprodução do conservadorismo. Se impõe, então, como próximo objetivo situar as contribuições no âmbito marxista para o entendimento da concepção de diversidade sexual em uma perspectiva de totalidade na análise da vida social.

A diversidade no seu sentido ontológico

A diversidade particulariza os indivíduos ao passo que os generifica. Isso significa dizer que a diversidade é o conjunto de características que compõem o ser social nas relações sociais e no decurso histórico. “Trata-se da concepção de que todos os indivíduos são sociais, históricos e diversos” (Santos, 2019, p. 77) e do entendimento da diversidade sexual enquanto dimensão constituinte da diversidade humana, que é expressão da individualidade e, por sua vez, só pode ser compreendida historicamente (Cisne; Santos, 2018).

A perspectiva marxista parte da concretude da vida social para análise do indivíduo. Isso não significa dizer que a materialidade esgota o sentido do ser social, mas que o ser social não pode ser entendido deslocado da sua realidade. Nesse sentido, cabe discorrer acerca das categorias centrais de análise do ser social no seu sentido ontológico, uma vez que “o Ser só pode ser compreendido à luz da totalidade e em sua historicidade” (BonaJunior, 2011, p. 23).

Partimos do pressuposto que é por intermédio do trabalho que os indivíduos constroem a realidade social e se complexificam. De forma mediada, histórica e dialética, o indivíduo que modifica a natureza na busca pela satisfação das suas necessidades, ao transformá-la, também se modifica. “Cabe resgatar a essência do que é humano por meio de uma ontologia que situe o “homem¹⁰” enquanto ser social” (BonaJunior, 2011, p. 23). O trabalho impulsiona o desenvolvimento do ser social e das relações sociais que esse sujeito está inserido. Nesse sentido, este tópico estrutura um fio condutor que objetiva estabelecer uma conexão entre as categorias trabalho, individuação e diversidade humana (Cisne; Santos, 2018).

¹⁰ O uso do termo “homem” no seu sentido universal foi escolha do autor citado. É válido, no entanto, salientar que a utilização desse termo, de forma indiscriminada, para se referir a humanidade no geral pode reiterar a linguagem sexista, a heteronormatividade e a exclusão de outras identidades.

O indivíduo, a partir do processo do trabalho¹¹, passa ocupar um espaço diferente na natureza, ao se afastar processualmente das suas determinações biológicas, os instintos já não o movem mais, mas as suas escolhas sim. O que era meramente biológico e natural se torna complexo e amplia o seu sentido, isso é o salto ontológico que forma o ser social, ou seja, “humanizando-se ou civilizando-se, o homem se constitui social e diminui os limites impostos pela animalidade” (BonaJunior, 2011. p. 26).

O trabalho é transformador. O indivíduo que modifica a natureza, teleologicamente¹², obtém um resultado, se põe, também, em um novo lugar; “faz escolhas entre alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas” (Cisne; Santos, 2018, p. 30). BonaJunior (2011) destaca que a complexidade que advém desse processo não é fruto apenas da relação entre sujeito e objeto, é mais que isso: a capacidade reflexiva é fruto da consciência humana, que se externaliza e se objetiva no trabalho.

Resultado da dialética desse processo, a complexidade do indivíduo avança, como afirma Cisne e Santos:

O que implica entendê-la - a individuação - como processo de busca permanente, sob dadas condições concretas, em que o indivíduo, inserido na divisão social do trabalho, amplia suas capacidades humanas mediante as respostas dadas para consecução da finalidade estabelecida no ato de objetivação do trabalho. São respostas que o desafiam a cada momento. Ao enfrentá-las, o indivíduo define finalidades, faz escolhas entre as alternativas postas e criadas objetivamente; reelabora instrumentos; desenvolve a criatividade; atende a determinadas necessidades; e se abre continuamente para novas necessidades e respostas (Cisne; Santos, 2018, p. 30).

A individuação é um processo contínuo de aprendizagem, de seleção e de adaptação das experiências passadas às novas necessidades, o que evidencia a interdependência dialética entre o indivíduo e a sociedade “mediante a existência de um conjunto heterogêneo de atos que o impulsiona no processo reprodutivo mediante o decurso histórico-social” (Cisne; Santos, 2018, p. 39).

A apreensão da individualidade, fonte da diversidade humana, que se estabelece no ato do trabalho, só é possível pelo entendimento na complexidade da engrenagem ontológica que a funde: a objetivação, a exteriorização e o entrave estrutural antidiverso próprio do modo de produção capitalista, a alienação.

De forma mediada, o trabalho se realiza na objetivação e na exteriorização. O momento de objetivação é o da materialização do trabalho, é a efetivação da relação entre o que foi projetado e que foi executado; resultado do processo de trabalho. Já a exteriorização pode

¹¹ Para Cisne e Santos (2018, p. 27), “aqui entendido como relação dialética e síntese entre teleologia (capacidade humana de projetar previamente a finalidade de uma ação – prévia-ideação) e causalidade (realidade natural) que se objetiva em um resultado/objeto (causalidade posta)”.

¹² Em BonaJunior (2011, p. 26), “pode ser explicado como uma finalidade previamente estabelecida pelo indivíduo que, por meio do ato de trabalho, visa alcançá-la. Em outras palavras, é um fim posto inicialmente ao trabalho”.

ser definida pela repercussão do fruto do trabalho no indivíduo que o realizou. A exteriorização é a fonte da individuação que, por sua vez, de forma mediada, molda e complexifica a personalidade.

Por meio das conquistas produzidas no trabalho, a objetivação assume o momento decisivo da sociabilidade que avança com novas descobertas, enquanto por meio da exteriorização tem origem a individuação, momento em que os indivíduos desenvolvem novas necessidades, refinam as capacidades humanas e, desse modo, individualizam-se e fazem florescer a personalidade (Cisne; Santos, 2018, p. 34).

A alienação é o momento de contradição entre o elevado grau de desenvolvimento da complexidade do indivíduo fonte do trabalho e do conjunto de relações sociais frente às possibilidades de ser no modo de produção capitalista. Ou seja, proporcional ao desenvolvimento do processo de trabalho, é a complexidade atribuída ao indivíduo, que se defronta, na dinâmica social do capitalismo, com a limitação de grande parte da sua subjetividade à funcionalidade do Capital. Não pode ser lida, no entanto, na perspectiva determinista e fatalista. Isso significa dizer que a diversidade humana se defronta nas variadas formas de alienação “mas também abrem passagem para as contradições” (Santos, 2017, p. 19). A potencialidade da contradição entre produção e reprodução social é substantiva na organização coletiva e emancipatória dos sujeitos contrária às opressões.

Por intermédio dessas lutas, os indivíduos politizam a diversidade, sendo esta algo que é próprio da individualidade, que se expressa e se altera no desenvolvimento das forças produtivas, considerando as objetivações/exteriorização do ser social que demandam respostas cada vez mais complexas. Com isto, os indivíduos, no decurso da história, apresentam as mais variadas distinções de classe, geração, raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero, dentre outras. São distinções que particularizam o modo de ser e estar no mundo dos indivíduos, que explicitam o seu pertencimento como ser singular à universalidade do gênero humano (Santos, 2017, p. 14).

“A diversidade humana brota, portanto, de um movimento histórico permanente desencadeado, na sua raiz, no ato do trabalho e que assume características mais sofisticadas no campo mais amplo das diferentes modalidades de práxis social” (Cisne; Santos, p. 40). Ou seja, é no decurso histórico, pela complexificação dos indivíduos, a partir da produção da riqueza social e da reprodução social, pelas relações sociais que se moldam frente a esse processo, que a diversidade se impõe.

Historicamente, a manutenção do entendimento marxista da diversidade humana na perspectiva da totalidade social enfrenta desafios, principalmente, no que se refere ao campo teórico-metodológico do Serviço Social. Se impõe como objetivo, então, discorrer acerca das particularidades da apreensão da diversidade sexual na perspectiva marxista pelo serviço social.

Marxismo e Diversidade Sexual no Serviço Social: entre desafios históricos e contemporâneos

A incorporação do marxismo e, posteriormente, a inserção da discussão sobre diversidade sexual no serviço social foi permeada de contradições. Como já sinalizado anteriormente, a própria história apresenta pistas para o entendimento dos desafios para análise marxista

da diversidade humana no serviço social. O objetivo neste momento é destrinchar quais desafios se apresentam, na contemporaneidade, para leitura marxista sobre a temática da diversidade sexual no serviço social. Para tanto, destaca-se o economicismo enquanto modalidade simplificadora do marxismo e o avanço da pós-modernidade.

A escolha de destacar o economicismo dentre as modalidades de simplificação do marxismo em relação à diversidade sexual se justifica por compreendê-lo enquanto tendência, que, mesmo com variações de intensidade e particularidades de sentido ao longo da história, está presente no interior das esquerdas, e é determinante na incidência política e na produção teórica, a qual, a partir do distanciamento, de autores/as no campo marxista, da perspectiva de totalidade, influi, por um conjunto de mediações, para a reprodução do neoconservadorismo. Ao negar-se a substancialidade da apreensão da diversidade humana, se localiza um sujeito abstrato, o que resulta “por eliminar mediações na apreensão de complexos sociais como o direito, a cultura e a subjetividade, tornando-os epifenômenos do modo de produção capitalista” (Santos, 2017, p. 11).

Para Santos (2017), as repercussões da simplificação economicista do marxismo se concentram: no entendimento esvaziado do sentido da individualidade submetido à centralidade da classe; no debate cultural e nas questões de alienação entendidas com pouca relevância social por afastar-se da agenda política e na caracterização mecânica das lutas sociais específicas, ao situá-las com pouca importância por desviarem os indivíduos da rota revolucionária. Nesse sentido, o economicismo impõe a centralidade do imediatismo na luta política e pressupõe a constituição de uma igualdade abstrata, assim, “dilacerando” o marxismo, que, nesse movimento de simplificação, realmente, não dá conta da diversidade humana.

A pós-modernidade, por sua vez, é justificada por preencher as lacunas deixadas pela análise marxista, de fonte economicista, mas não só. O fortalecimento da pós-modernidade se dá, exatamente, a sua adaptabilidade ao discurso da fragmentação e do imediato, próprios da lógica de reprodução do Capital, visto que o que norteia a leitura da realidade pós-moderna não é a ordem econômica-estrutural e o movimento teórico de apreensão das suas particularidades.

No que se relaciona à dimensão da diversidade sexual, a intensificação dos estudos com foco nessa temática ganha força com o avanço da pós-modernidade. Logo, a tendência de apropriação da diversidade sexual na perspectiva pós-moderna pode ser explicada pela história, ou seja, “é compreensivo, pois esses autores (Michel Foucault e Judith Butler¹³) consolidaram uma nova fase de aportes teórico-metodológicos que envolvem os estudos sobre sexualidade no capitalismo” (Noronha, 2023, p. 131). Somado a isso, as “proposições pós-modernas encontram espaço fértil no Serviço Social junto aos extratos conservadores da profissão que passam a se reagrupar” (Cantalice, 2017, p. 248).

¹³ Autores clássicos da pós-modernidade como “Michel Foucault por meio da dos três volumes da “História da Sexualidade” e Judith Butler com a obra “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade”, publicada em 1990, contribuindo no debate sobre a Teoria Queer” (Noronha, 2023, p. 131).

A concepção pós-moderna¹⁴ é uma expressão do conjunto de mecanismos que integram a lógica cultural do capitalismo em sua forma mais desenvolvida e a sua funcionalidade ao passo que “legítima regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais à manutenção da ordem capitalista e, por outro lado, demarca como ilegítimas as ideias e práticas que apontam à direção inversa” (Cantalice, 2017, p. 241).

As respostas até então delineadas a essa crise do capital foram processadas a partir de uma nova fase de internacionalização do capital (mundialização do capital); incursão de novas modalidades de reestruturação produtiva (acumulação flexível); implementação de políticas neoliberais com sucessivas reformas; construção de novos consensos entre as classes – por meio dos valores neoliberais, do discurso ideológico da burguesia, minimização do Estado e da profusão das ideias pós-moderna – funcional à reprodução do capital (Cantalice, 2017, p. 240).

A discussão da diversidade sexual na perspectiva pós-moderna torna-se alienante ao localizar a individualidade na dimensão abstrata e propor um entendimento meramente singular da sexualidade, o que resulta no conjunto de mobilizações que “necessariamente celebra a fragmentação” (Santos, 2019, p. 84). “Cada segmento voltado para as suas reivindicações e obstaculiza a organização dos sujeitos em torno de um projeto político classista, emancipatório e voltado à defesa dos interesses da classe trabalhadora” (Santos, 2019, p. 84).

No que se refere à produção intelectual, que, historicamente, foi um dos principais instrumentos para incorporação e fortalecimento do debate sobre diversidade sexual pelo serviço social no direcionamento marxista, Noronha (2023) observa a chamada “tendência-crítica-eclética-pós-moderna”. A análise documental efetivada pela autora demonstrou uma tendência que expressa, nas produções sobre diversidade sexual, “o debate desatento e, por vezes, indiscriminado com diversas perspectivas teórico-metodológicas que são divergentes não apenas no método, mas também no conteúdo político” (Noronha, 2023, p. 130).

A utilização de termos, terminologias, autores e até perspectivas que são pós-modernas sem rigor metodológico merece reflexão. Isso não significa ausentar essas contribuições do debate e nem negar a sua importância, mas reconhecer, por meio das mediações, os limites teórico-metodológicos e ético-políticos existentes, “o que acaba demandando do/a pesquisador/a ainda mais vigilância epistemológica, para que não se reproduza um ecletismo em que “tudo está correto, e tudo bem!” (Noronha, 2023, p. 132).

Se a produção do conhecimento expressa a extensão das influências e das tendências teórico-metodológicas incorporadas pelo Serviço Social, nos cabe questionar diante das inflexões pós-modernas nela como estamos procedendo em larga escala à leitura de nossos objetos de investigação e de intervenção e, mais, de que forma e, em que direção, encaminhamos as respectivas respostas profissionais às requisições postas no âmbito da profissão (Cantalice, 2013, p. 251).

A negação pela perspectiva da pós-modernidade da dimensão de totalidade social deságua na perspectiva fragmentária e subjetivista da realidade, o que contrapõe os fundamentos marxistas. Ao reduzir a realidade a experiências individuais e efêmeras, obscurece as

¹⁴ Para o adensamento da discussão da pós-modernidade sugiro a leitura de Cantalice (2013) e (2017).

relações de produção e de reprodução social e a sua estrutura social. A reverberação dessa tendência na produção teórica do Serviço Social é o enfraquecimento da análise crítica da realidade, fornecimento de saídas alienantes para o enfrentamento das relações de exploração-opressão, diluição da atuação profissional com direção social emancipatória e ataque ao projeto ético-político.

O enfrentamento da leitura economicista da realidade social e da tendência pós-moderna representam desafios históricos-contemporâneos que se atualizam a todo instante e tem no neoconservadorismo e no próprio capitalismo terreno fértil para sua reprodução. O caminho para o seu enfrentamento é o combate: não se deve excluir as produções simplificadoras da realidade ou as pós-modernas do cotidiano reflexivo, pelo contrário, deve-se entendê-las e esquadrihá-las, na busca por sua concepção e, principalmente, por suas contradições e limitações. “Só podemos superar a pós-modernidade (e as fundamentações fenomenológicas) dialogando com os seus limites e concepções, por meio da interlocução pluralista e comprometida politicamente” (Noronha, 2023, p. 133). Se impõe, portanto, como desafio cotidiano da categoria a reflexão crítica, tanto no processo formativo, quanto na atuação profissional, com objetivo de identificar a efetivação do entendimento de totalidade social.

Considerações finais

Vimos, portanto, que, sim, é possível analisar a diversidade sexual na perspectiva marxista e que somente à luz da categoria de totalidade é viável identificar a questão da diversidade sexual de forma histórica, na sua complexidade e na plenitude das suas multideterminações. Não há possibilidade de entendimento do ser social ausente das suas relações sociais de produção e reprodução social, ou seja, para o entendimento da diversidade humana é fundamental a compreensão do capitalismo e das suas particularidades na realidade brasileira.

As reflexões desenvolvidas até aqui buscaram evidenciar os resultados de uma pesquisa que tem como objetivo desvendar a importância do marxismo para análise da diversidade sexual no âmbito do serviço social. Para tanto, historicizamos a incorporação do debate do marxismo e a relação com a diversidade sexual no âmbito do serviço social de modo a trazer à discussão elementos que explicam, historicamente, os desafios cotidianos em relação a essa temática, e que demonstram a importância do posicionamento da categoria no processo de incorporação do debate da diversidade humana e diversidade sexual.

Apresentamos, também, de forma breve, os fundamentos ontológicos para o entendimento da diversidade sexual, na perspectiva de totalidade social. Ao situar a individualidade, fonte de complexificação do ser, que se constitui, por um conjunto de mediações, no processo de trabalho e de socialização mas que, no bojo da exploração capitalista se limita. Ou seja, a diversidade, nesse sentido, tanto é instrumentalizada para a acumulação capitalista, sendo negada em sua essência e mercantilizada, quanto é fonte de potencialidade e de complexificação pela relação dialética-contraditória de trabalho e outros tipos de práxis social.

Por fim, apresentamos alguns dos desafios históricos-contemporâneos postos à interação entre o marxismo e o Serviço Social em relação à diversidade sexual. Delimitamos, portanto, o economicismo por reconhecer sua relação histórica com as esquerdas e com o desenvolvimento da profissão e a pós-modernidade por sua explícita contraposição ao marxismo e por sua apropriação dos debates próprios da subjetividade humana.

A interação desses desafios com o conservadorismo presente na categoria profissional e na conjuntura enfatizam a necessidade do fortalecimento do projeto ético-político, uma vez que a “capilarização dessas incidências se massificada pode expor e vulnerabilizar a hegemonia do atual projeto profissional e a direção social imediatamente ligada a ele” (Cantalice, 2017, p. 256). A resistência frente ao avanço neoconservador deve ser composta por radicalidade teórico-metodológica e ético-política.

Referências

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos; ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2021: Acontece Arte e Política LGBTI+**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2022. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/mortes-e-violencias-contralgbti-no-brasil-dossie-2021-acontece-antra-abglt-2022/>. Acesso em: 10 maio 2025.

BONA JUNIOR, Aurélio. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Filosofia e Educação**, v. 3, n. 2, p. 18–43, 2011. DOI: 10.20396/rfe.v3i2.8635448. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635448>. Acesso em: 31 maio. 2025.

CANTALICE, Luciana B. de O. Neoconservadorismo pós-moderno da produção de conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. **Temporalis**, v. 16, n. 32, p. 231–259, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n32p231-259. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CANTALICE, Luciana B. de O. **As inflexões do pós-moderno na produção do conhecimento em serviço social**. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16912>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana M. M. dos. **Feminismo, Diversidade Sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Hoje é o Dia Mundial de Combate à LGBTfobia: CFESS entrevista assistente social e explica por que a profissão está inserida nessa luta**. 2017. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1372>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DEVREUX, Anne-Marie. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Cadernos de Crítica Feminista**, n. 4, ano V, p. 6–28, dez. 2011.

FONSECA, C. C. O projeto de formação do Serviço Social e as inflexões do pensamento pós-moderno. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 31, p. 189–218, jan./jun. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MATOS, Fabio. “Pink Money”: a força do mercado LGBTQIA+ na economia brasileira. **Metrópoles**, 16 jul. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/pink-money-a-forca-do-mercado-lgbtqia-na-economia-brasileira>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MESQUITA, Marylucia; MATOS, Maurílio. “O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 28, p. 131–146, 2011. DOI: 10.12957/rep.2011.2938. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2938>. Acesso em: 13 mar. 2025.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NORONHA, Rayane O. Serviço social, gênero, raça e classe: do compromisso ético-político à produção científica. **Temporalis**, v. 23, n. 46, p. 120–136, 2023. DOI: 10.22422/temporalis.2023v23n46p120-136. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/40509>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SANTOS, Silvana M. de M. dos. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum**, v. 9, n. 1, p. 8–20, 2017. DOI: 10.18315/argum.v9i1.15773. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15773>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, Silvana M. de M. dos. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 68–87, 28 mar. 2019. Acesso em: 13 jul. 2025.

SILVA, Marlise V. Diversidade humana, relações sociais de gênero e luta de classes: emancipação para além da cultura. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 28, p. 51–64, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2011.2933>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/2933>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Submetido em: 11/8/2025

Aceito em: 29/12/2025